

## GABINETE DO VEREADOR ANDERSON CORREIA (PP)

## REQUERIMENTO Nº /2025

Requeremos à Mesa Diretora desta Casa Legislativa, com fundamento no Artigo 300, da Resolução nº 554/2010 (Regimento da Câmara Municipal de Caruaru), que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caruaru, Rodrigo Pinheiro, Anteprojeto de Lei Complementar que Altera a Lei Complementar nº 015, de 5 de janeiro de 2009, modificando a redação do §4º, do Artigo 296, para que agremiações desportivas licenciadas e filiada à federação esportiva do Estado, requeira a isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – uma única vez.

## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei Complementar tem por objetivo alterar a legislação tributária municipal de Caruaru para permitir que agremiações desportivas licenciadas e filiadas à federação esportiva do Estado, quando utilizarem efetiva e habitualmente seus imóveis no exercício de suas atividades sociais, possam requerer a isenção do IPTU uma única vez, e não anualmente, como exige atualmente o Código Tributário Municipal. A medida se justifica por uma realidade enfrentada por clubes tradicionais da cidade, como o Central Sport Club, que mesmo gozando do direito à isenção tributária prevista em lei, acabam acumulando dívidas com o município por não renovarem, ano após ano, os pedidos de isenção junto à administração pública.

Esse cenário, na maioria das vezes, ocorre devido às frequentes trocas de gestão e diretoria dos clubes, que por razões administrativas e operacionais, deixam de protocolar o pedido anual, o que resulta na cobrança automática do imposto, culminando em acúmulo de débitos, multas e encargos financeiros que fragilizam ainda mais as instituições esportivas locais. A alteração proposta não retira o dever de fiscalização por parte do município, mas busca tornar o processo mais eficiente, racional e justo, evitando que clubes que efetivamente fazem jus à isenção legal sejam penalizados por falhas administrativas pontuais.

Portanto, esta proposição visa sanar uma distorção recorrente, assegurando que os benefícios previstos em lei sejam usufruídos de forma contínua e desburocratizada, desde que mantidas as condições exigidas para a isenção, contribuindo com o fortalecimento das instituições esportivas locais e, consequentemente, com o desenvolvimento social e comunitário por elas promovido.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, que representa uma medida de justiça tributária, responsabilidade administrativa e incentivo ao esporte caruaruense.

Dê-se ciência as autoridades mencionadas nesta proposição.

Caruaru, 03 de outubro de 2025.

Anderson Correia – PP

Vereador



## ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº /2025

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 015, de 5 de janeiro de 2009, modificando a redação do §4º, do Artigo 296, para que agremiações desportivas licenciadas e filiada à federação esportiva do Estado, requeira a isenção do IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano uma única vez.

**Art. 1**° O §4° do Artigo 296, da Lei Complementar nº 015, de 5 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 296 (...)

§4º As isenções de que trata este artigo serão requeridas anualmente à Secretaria dos Negócios da Fazenda em processo administrativo, exceto aquelas previstas no inciso V, que serão requeridas a cada biênio, e no inciso IX, que trata das agremiações desportivas licenciadas e filiadas à federação esportiva do Estado, que será requerida uma única vez por cada agremiação, gerando, a partir de então, isenção automática todos os anos para o requerente, instruído o pedido com os seguintes documentos

**Art. 2**° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco, 03 de outubro de 2025.

Anderson Correia – PP Vereador